

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.687 - MG (2019/0257169-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : POSTO JF LTDA
ADVOGADO : SAULO DE ASSIS ARAUJO E OUTRO(S) - MG051052
AGRAVADO : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG
ADVOGADOS : SUELY IZABEL CORRÊA LIMA - MG054372
LUCAS LACERDA TANURE E OUTRO(S) - MG163633

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial, interposto por POSTO JF LTDA, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, a seu turno, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. HIPOSSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA CONTUNDENTE. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. DESCUMPRIMENTO. RESCISÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

Na sistemática do Código de Processo Civil, o juiz é um dos destinatários da prova, possui a prerrogativa legal de dispensar as diligências que entender inúteis ao processo, assim como para indeferir as que considerar inúteis ou meramente protelatórias.

É possível a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça à pessoa jurídica, desde que devidamente comprovado o preenchimento dos pressupostos legais. Se não há nos autos documentos que evidenciam a hipossuficiência alegada, a apelante não faz jus à assistência judiciária pleiteada.

Ficando provado nos autos o inadimplemento da parte requerida, deve ser impelida à mesma as penalidades descritas no instrumento contratual, entre as quais a respectiva rescisão e consequente perda das quantias pagas.

Os honorários advocatícios devem ser arbitrados considerando o grau de zelo do advogado, lugar de prestação do serviço e a natureza e complexidade da causa, bem como os parâmetros do ad. 85, §3º, do CPC.

Se o quantum arbitrado pelo sentenciante a título de honorários advocatícios mostra-se adequado e dentro dos parâmetros delineados pelo ad. 85, §31, do CPC, sua confirmação é medida de rigor.

Recurso conhecido e não provido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial (fls. 432/441, e-STJ), o recorrente apontou violação aos artigos 369 do Código de Processo Civil e do artigo 50, inciso LV, da Constituição Federal; sustentou, em síntese, a ocorrência de cerceamento de defesa

Superior Tribunal de Justiça

ante o indeferimento da produção de provas e que deveria lhe ser deferida a assistência judiciária.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local inadmitiu o recurso especial, razão pela qual foi manejado o agravo de fls. 512/516, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Quanto à tese de ocorrência de cerceamento de defesa, o Tribunal local assim concluiu:

PRELIMINARES Cerceamento de Def?sa A apelante alega, preliminarmente, cerceamento de defesa, uma vez que o r. juízo a quo indeferiu a produção de prova pericial e testemunhal.

Em observância ao que dispõe o art. 370 e 371 do Código de Processo Civil/2015:

[...]

O juiz é o destinatário da prova e possui a prerrogativa legal (art. 370 do CPC) de dispensar as diligências que entender inúteis ao processo, desde que o ato seja motivado, sem, com isso, inquinar o feito de nulidade por cerceamento de defesa.

Ao declarar suficiente a prova já coligida aos autos, evidencia-se que a produção da prova requerida não surtiria efeitos sobre o livre convencimento do magistrado.

[...]

Desse modo, o magistrado tem liberdade de apreciar as provas de acordo com o seu livre convencimento motivado.

Portanto, se a prova coligida com a inicial esclarece os fatos, não há que se falar em cerceamento de defesa, até mesmo porque *in casu* a prova oral não irá contribuir para o desfecho da demanda.

Diante disso, rejeito a preliminar.

Como se vê, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que cabe ao juiz decidir sobre a produção de provas desnecessárias, de acordo com o art. 370 do CPC/15, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória e o julgamento antecipado da lide quando as provas apresentadas pelas partes sejam suficientes para a resolução da controvérsia.

O Tribunal local, após a análise do conjunto probatório constante dos autos, considerou que se insere no poder de livre apreciação da prova do magistrado decidir sobre a necessidade da produção de provas, bem assim sobre a possibilidade de julgamento antecipado da lide, concluindo pela desnecessidade de produção de outras provas além das já acostadas aos autos. Rever tal entendimento para o caso dos autos demandaria o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

Neste sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA FINANCEIRA. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS *AD EXITUM*. PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. 1. Segundo jurisprudência do STJ, ao juiz, como

Superior Tribunal de Justiça

destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Incidência da Súmula 7 do STJ. 2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame da divergência, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.044.194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017) [grifou-se].

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INDENIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO 535 DO CPC DE 1973. **CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA, MAIS UMA VEZ, DA SÚMULA 7 DO STJ.** [...] 3. *"O magistrado é o destinatário da prova, competindo às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da suficiência das que foram produzidas, nos termos do art. 130 do CPC. A avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC), quanto da necessidade de produção de outras provas demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula n. 7/STJ)"* (AgRg no REsp 1.449.368/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 27/08/2014). 4. É inviável rever em sede de recurso especial a conclusão da Corte local acerca da inversão do ônus da prova, pois demandaria reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 5. Agravo interno de fls. 903/912 não conhecido e agravo interno de fls. 893/902 não provido. (AgInt no AREsp 1.083.997/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017) [grifou-se].

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DOS AUTORES. [...] 3. **A análise de eventual ofensa aos artigos 130 e 333 do CPC/73, tal como posta a questão nas razões do apelo extremo, exigiria reexame de matéria fático-probatória, providência vedada nesta sede a teor do óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.** [...] 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 621.410/RS, desta relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 10/05/2017) [grifou-se].

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. 1. No sistema da persuasão racional, adotado pelo Código de Processo Civil (arts. 130 e 131 do CPC), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos para formar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos de seu

Superior Tribunal de Justiça

convencimento. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou as provas dos autos para concluir que a prova pericial era desnecessária e que estava demonstrada a culpa do preposto da ré, o nexo causal e o dano, a ensejar a responsabilidade civil. Dessa forma, inviável o exame da pretensão recursal ante o óbice da mencionada súmula. [...] 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 574.885/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 13/08/2015) [grifou-se].

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO. LIQUIDEZ. PRECEDENTES. ART. 130 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. [...] 3. A determinação da realização de provas, a qualquer tempo e sob o livre convencimento do magistrado, é uma faculdade deste, incumbindo-lhe sopesar sua necessidade e indeferir diligências inúteis, protelatórias ou desnecessárias. Dessa forma, o juízo acerca da produção da prova compete soberanamente às instâncias ordinárias e o seu reexame, na estreita via do recurso especial, encontra o óbice de que trata o verbete nº 7 da Súmula desta Corte. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 576.838/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016) [grifou-se].

Dessa forma, não se conhece do apelo especial, no ponto, diante da incidência da Súmula 7/STJ.

2. Acerca da questão da assistência judiciária, não merece seguimento o recurso. Isso porque, da análise das razões recursais, denota-se que o recorrente não indicou os dispositivos legais que teriam sido violados, o que inviabiliza a compreensão da controvérsia e, por sua vez, caracteriza a deficiência na fundamentação do recurso, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

Esta Corte tem orientação no sentido de que não tendo sido feita a indicação **clara e precisa** dos dispositivos de lei federal violados ou em torno dos quais haveria a divergência jurisprudencial, evidencia-se a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

3. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator